

**CONVÊNIO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Nº 09/2023,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
RIO DE JANEIRO E A FUNDAÇÃO DE
APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.**

Pelo presente instrumento a **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.427.465/0001-05, com sede à Rodovia Br 465, Km 7, *Campus* Universitário, Seropédica/RJ, CEP: 23890-000, doravante denominada **UFRRJ**, neste ato representada por seu Reitor, Professor Roberto de Souza Rodrigues, portador da Cédula de [REDACTED] e a **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO- FAPUR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.606.606/0001-38, com sede na BR - 465, Km 7, Rua UO, *Campus* Unversitário, CEP: 23897-035, Seropédica - RJ, doravante denominada **FAPUR**, neste ato representada por seu Presidente, Professor Armando Sales, portador da Carteira de [REDACTED]

RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, regendo-se pelo disposto na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, no Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, nos Decretos nos 8.240 e 8.241, ambos de 21 de maio de 2014, na Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto a contratação da FAPUR para gerir financeira e administrativamente o Projeto de Extensão intitulado “*Projeto Farmácia Magistral: Manipulação e Dispensação de Medicamentos*”, em consonância com o Plano de Trabalho elaborado de comum acordo entre as partes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O Plano de Trabalho citado no *caput* da presente Cláusula e constante do Processo Administrativo **UFRRJ** nº 23083.014551/2023-88, passam a integrar como anexos e partes indissociáveis do presente instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, devendo ser observado os parâmetros e procedimentos ali estabelecidos para o seu fiel cumprimento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O projeto tem como objetivos: Criar uma farmácia magistral legalmente habilitada e com capacidade de produção para atender as necessidades da população universitária, de Seropédica e arredores; Criar um cenário prático capaz de apoiar a formação prática dos discentes do curso de farmácia; Ser capaz de apoiar outros projetos de pesquisa e extensão do Programa Farmácia Escola; e Contribuir com o desenvolvimento Institucional da UFRRJ.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da **UFRRJ** e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DOS PARTICÍPES

Em decorrência do presente Instrumento, as partícipes comprometem-se a cumprir o que se segue:

I – São compromissos da **UFRRJ** na execução deste Instrumento:

- a) realizar no sistema *Transfere Gov* os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- b) transferir à **FAPUR** os recursos financeiros previstos para a execução deste CONVÊNIO, de acordo com o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste CONVÊNIO, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, comunicando a **FAPUR** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do CONVÊNIO e do seu Plano de Trabalho;
- e) dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;
- f) colocar à disposição a infraestrutura necessária às atividades estabelecidas neste Instrumento;
- g) prestar a **FAPUR** quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da evolução dos trabalhos;
- h) executar diretamente o objeto especificado na Cláusula Primeira deste Instrumento, dando cumprimento ao Projeto com a melhor técnica disponível e em estrita conformidade com o disposto neste CONVÊNIO e na legislação aplicável;
- i) observar e fazer com que seus servidores e/ou terceiros sob sua responsabilidade respeitem as normas relativas à segurança e saúde do trabalho;
- j) selecionar os integrantes da equipe técnica, respeitando o quantitativo mínimo de dois terços de pessoas vinculadas à **UFRRJ**;
- k) aprovar as despesas a serem realizadas pela **FAPUR** e atestar o recebimento dos bens e/ou serviços;
- D) elaborar os relatórios parciais de execução do objeto, após o decurso do período previsto para o cumprimento de cada etapa ou fase prevista no Plano de Trabalho, e o relatório final, atestando a regularidade das despesas realizadas, o atendimento dos resultados esperados e a relação de bens adquiridos.

II – São compromissos da **FAPUR**, na execução deste Instrumento:

- a) promover os meios e mecanismos necessários para dar apoio ao Projeto de que trata a Cláusula Primeira;

- b) realizar no sistema *Transfere Gov* os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do CONVÊNIO, quando couber;
- c) realizar a gestão dos recursos financeiros originados na execução deste Instrumento, aplicando-os conforme o Plano de Trabalho do Projeto e o cronograma de desembolso, englobando, dentre outras, as seguintes atividades:
- I. escrituração contábil;
 - II. pagamentos de fornecedores, bolsistas e contratados, pessoas físicas ou jurídicas que se fizerem necessárias ao cumprimento objeto acordado, bem como dos encargos decorrentes;
 - III. recebimentos devidos, se for o caso;
 - IV. controle da conta bancária e de aplicações financeiras, se for o caso.
- d) realizar a gestão administrativa deste Instrumento, de acordo com o descrito no Plano de Trabalho, realizando, dentre outras, as seguintes atividades:
- I. recebimento e distribuição de bens;
 - II. aquisição contratação de serviços de pessoas jurídicas;
 - III. contratação e gestão de pessoas físicas;
 - IV. gestão dos discentes bolsistas, porventura existentes, englobando toda a escrituração necessária.
- e) colocar à disposição do Projeto integrantes de seu quadro funcional;
- f) responsabilizar-se por todas as obrigações tributárias porventura aplicáveis ao presente Instrumento, sejam federais, estaduais e/ou municipais;
- g) obter e manter em vigor seu registro e credenciamento junto ao Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia;
- h) emitir notas fiscais referentes à prestação dos serviços previstos neste Instrumento;
- i) prestar, sempre que solicitada, quaisquer informações ou esclarecimentos a respeito das atividades relacionadas à execução deste Instrumento;
- j) facultar a realização de auditoria pela **UFRRJ**;
- k) prestar contas, na forma e nos prazos estabelecidos na Cláusula Oitava;
- l) realizar, dentro de suas possibilidades e disponibilidade, outras atividades ou ações necessárias à consecução do presente Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor do presente CONVÊNIO é de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) a ser repassado pela **UFRRJ**, conforme plano de trabalho.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O início da execução das etapas delimitadas no Plano de Trabalho fica condicionado ao respectivo aporte financeiro.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O Coordenador da **UFRRJ** encaminhará a justificativa à **FAPUR**, caso seja necessário, para movimentação de recursos entre as rubricas dispostas no Plano de Trabalho ou para a criação de nova rubrica com realocação de recursos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Pela realização dos serviços prestados, descritos na Cláusula Primeira, a **FAPUR** reterá, a título de despesas operacionais e administrativas, o total de **R\$ 35.332,50** (trinta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

SUBCLÁUSULA QUARTA – Os recursos financeiros para execução do objeto previsto no *caput* da Cláusula Primeira, serão obrigatoriamente movimentados pela **FAPUR** em conta especialmente aberta para o projeto, cujos extratos integrarão as respectivas prestações de contas.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Os recursos deste CONVÊNIO, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pela **FAPUR** em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificar em prazos menores que um mês.

SUBCLÁUSULA SEXTA – Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste CONVÊNIO serão realizados ou registrados no sistema *Transfere Gov* e os respectivos pagamentos serão efetuados pela **FAPUR** mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade da própria **FAPUR**, devendo ser registrado no sistema *Transfere Gov* o beneficiário final da despesa:

- I. por ato da autoridade máxima da **UFRRJ**;
- II. na execução do objeto pela **FAPUR** por regime direto; e
- III. no ressarcimento à **FAPUR** por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pela **UFRRJ** e em valores além da contrapartida pactuada.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA – Antes da realização de cada pagamento, a **FAPUR** incluirá no sistema *Transfere Gov*, no mínimo, as seguintes informações:

- I. a destinação do recurso;
- II. o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III. o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV. informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e
- V. a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

SUBCLÁUSULA OITAVA – Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Incumbe a **UFRRJ** exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do CONVÊNIO, além da avaliação da execução física e dos resultados, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A **UFRRJ** designará e registrará no sistema *Transfere Gov* representante para o acompanhamento da execução deste CONVÊNIO, que anotará em registro

próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) a regularidade das informações registradas pela **FAPUR** no sistema *Transfere Gov*;
- d) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, a **UFRRJ** deverá designar formalmente o servidor responsável pelo seu acompanhamento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – A **FAPUR** designará e registrará no sistema *Transfere Gov* representante para o acompanhamento da execução deste CONVÊNIO, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA COORDENAÇÃO

Para coordenar as atividades deste Instrumento, as partícipes designarão formalmente seus Coordenadores.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e interpretação deste CONVÊNIO será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos Coordenadores citados no *caput*, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Caso os Coordenadores não superem as questões conflitantes, deverá ser acionado um terceiro, *expert* no assunto, escolhido de comum acordo, para mediar as tratativas. Em última instância, caso não haja acordo, e exaurida as vias extrajudiciais, recorrer-se-á às vias judiciais.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os Coordenadores poderão ser substituídos, a qualquer tempo e independentemente da necessidade de celebração de termo aditivo, competindo ao partícipe comunicar a alteração por escrito e com antecedência de 5 (cinco) dias corridos aos demais partícipes.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Compete aos Coordenadores, dentre outras atribuições pertinentes ao objeto deste CONVÊNIO, as seguintes:

- a) coordenar as atividades relacionadas ao objeto deste CONVÊNIO;
- b) decidir a respeito das dúvidas de natureza técnica e operacional que surgirem na execução do objeto deste instrumento e de outras questões não cobertas no presente CONVÊNIO;
- c) definir as estratégias de eventuais novas atividades a serem implementadas no âmbito da parceria, sendo certo que para que sejam implementadas novas atividades, as partícipes deverão ser objeto de termo aditivo ao presente instrumento; e
- d) realizar o acompanhamento e o monitoramento da execução do presente CONVÊNIO.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Os Coordenadores se reunirão sempre que necessário, mediante reunião a ser convocado por qualquer de seus membros e instaladas com a presença (física ou virtual, na plataforma que melhor atender às necessidades das partícipes, inclusive por e-mail) da maioria de seus integrantes. Suas decisões serão tomadas por maioria de votos, sendo certo que sempre haverá boa-fé e a busca por unanimidade para as deliberações. Em caso de necessidade, qualquer dos membros poderá nomear representante, por procuração particular, para substituí-lo.

SUBCLÁUSULA SEXTA – Os partícipes responsabilizar-se-ão na medida de sua culpa ou dolo, pelos danos eventualmente causados a terceiros, à outra parte ou que venham a inviabilizar a execução do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES E DISCENTES DA UFRRJ NO PROJETO

A **UFRRJ** autorizará a participação de seus servidores e discentes no Projeto, desde que não haja prejuízo de suas obrigações institucionais, atendido o disposto na Deliberação nº 502 do Conselho Universitário da **UFRRJ** e colocará à disposição da equipe técnica a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades estabelecidas neste Instrumento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A participação de servidor técnico-administrativo deve obedecer ao disposto no Art. 4º da Lei nº 8958/1994, bem como estar em conformidade com o disposto na Deliberação nº 502 do Conselho Universitário da **UFRRJ**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A participação de servidor docente sob o regime de dedicação exclusiva no Projeto deve obedecer ao disposto no artigo 21, da Lei nº 12.772/2012, bem como estar em conformidade com o disposto na Deliberação nº 502 do Conselho Universitário da **UFRRJ**.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – A **UFRRJ** manterá a **FAPUR** indene e a salvo de toda e qualquer perda, dano, reclamação, demanda ou responsabilidade a este respeito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE DOS BENS REMANESCENTES

A **UFRRJ** terá o direito de propriedade, na data de conclusão ou extinção do presente CONVÊNIO, sobre os bens remanescentes que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação vigente.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A **FAPUR** procederá a transferência dos bens remanescentes ao patrimônio da **UFRRJ**, por meio de carta de doação, de forma vinculada à Prestação de Contas Final.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A prestação de contas deverá ser registrada pela **FAPUR** no sistema *Transfere Gov*, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do CONVÊNIO.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos documentos e informações registrados pela **FAPUR** no sistema *Transfere Gov*, pelo seguinte:

- I. relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;
- II. declaração de realização dos objetivos a que se propunha o CONVÊNIO;
- III. comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- IV. termo de compromisso por meio do qual a **FAPUR** se obriga a manter os documentos relacionados ao CONVÊNIO.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, a **UFRRJ** estabelecerá o prazo adicional máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

SUBCLÁUSULA QUARTA – Se, ao término do prazo estabelecido na Subcláusula Terceira, a **FAPUR** não apresentar a prestação de contas no sistema *Transfere Gov* nem devolver os recursos, a **UFRRJ** registrará a inadimplência no sistema *Transfere Gov* por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente CONVÊNIO, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

SUBCLÁUSULA SEXTA – A **UFRRJ** deverá registrar no sistema *Transfere Gov* o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

- I. para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da Subcláusula Segunda desta Cláusula;
- II. para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA – A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do CONVÊNIO.

SUBCLÁUSULA OITAVA – Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas dos instrumentos, poderão ser utilizados subsidiariamente pela **UFRRJ** os relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, durante as atividades regulares de suas funções.

SUBCLÁUSULA NONA – Antes da tomada da decisão final de que trata a Subcláusula Décima Terceira, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, a **UFRRJ** notificará a **FAPUR** para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA – A notificação prévia, prevista na Subcláusula Nona, será feita por meio de correspondência, devendo a notificação ser registrada no sistema *Transfere Gov*.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O registro da inadimplência no sistema *Transfere Gov* só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso a **FAPUR** não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A **UFRRJ** terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no sistema *Transfere Gov*, cabendo à **FAPUR** prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A análise da prestação de contas pela **UFRRJ** poderá resultar em:

- I. aprovação;
- II. aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
- III. rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, nos termos da Subcláusula Décima Quinta.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Quando for o caso de rejeição da prestação de contas em que o valor do dano ao erário seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a **UFRRJ** poderá, mediante justificativa e registro do inadimplemento no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), aprovar a prestação de contas com ressalva.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente da **UFRRJ**, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no sistema *Transfere Gov* e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste CONVÊNIO, a **FAPUR**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL, em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU:

- I. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do CONVÊNIO;
- II. o valor total transferido pela **UFRRJ**, atualizado monetariamente e acrescido de juros

legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto do CONVÊNIO, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;
- b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento e;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste CONVÊNIO.

III. o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição da **FAPUR** no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no *caput*, a **UFRRJ** deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pela **UFRRJ** e **FAPUR**, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente CONVÊNIO poderá ser:

- I. denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;
- II. rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
 - b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
 - c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
 - d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
 - e) inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, salvo as hipóteses em que houve motivada prorrogação deste

prazo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A rescisão do CONVÊNIO, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou inscrição do débito nos sistemas da Dívida Ativa da União, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da denúncia ou rescisão do instrumento, a concedente providenciará o cancelamento dos saldos de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I. todas as comunicações relativas a este CONVÊNIO serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do sistema *Transfere Gov*, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II. as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do sistema *Transfere Gov* deverão ser supridas através da regular instrução processual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partícipes, e permissivo legal, nos termos da legislação vigente, mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer acréscimos ou alterações no presente Instrumento deverão ser realizadas por intermédio de Termos Aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste CONVÊNIO, para todos os fins e efeitos de direito.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Não é permitida a celebração de Termo Aditivo a este Instrumento com a finalidade de alterar a natureza de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que comprovadamente afete de maneira substancial, o desenvolvimento das atividades no âmbito do presente CONVÊNIO, não serão considerados como inadimplemento, nem darão motivo a quaisquer reivindicações, desde que comprovados dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas após sua ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS

A celebração deste CONVÊNIO não gera, sob nenhuma hipótese, vínculo empregatício dos servidores e discentes da **UFRRJ** em relação à **FAPUR**, bem como dos empregados desta em relação à primeira.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Havendo quaisquer reclamações de caráter cível, trabalhista, regulatório, previdenciário, acidentário ou tributário, formuladas contra a **FAPUR** por funcionário, servidor, empregado ou qualquer outro profissional da **UFRRJ**, na esfera judicial, administrativa ou por meio de reclamação extrajudicial de terceiro, a empregadora

espontaneamente comparecerá aos autos para requerer seu ingresso e a exclusão da **FAPUR** do processo ou, no caso de reclamação extrajudicial, respondendo ao terceiro acerca da total isenção de responsabilidade das demais. Caso a **FAPUR** permaneça nos autos, a seu critério ou por não ter sido acolhida sua exclusão do processo, esta elegerá seus advogados para sua defesa, correndo por conta da empregadora todas as despesas pertinentes, tais como honorários advocatícios, custas processuais e condenações, o que também se aplica no caso de reclamação extrajudicial de terceiro.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A empregadora deverá reembolsar a **FAPUR** todas as despesas incorridas (incluindo, sem limitação, condenação, multa, penalidade, custas e despesas processuais, honorários de sucumbência, honorários contratuais, limitados ao valor previsto na Tabela da Ordem dos Advogados do Brasil), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da notificação encaminhada pela Contratante informando os respectivos valores.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Caso a empregadora não reembolse a **FAPUR** de forma espontânea, a **FAPUR** poderá descontar dos repasses financeiros recebidos os valores pagos referidos na notificação mencionada acima, corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo que esse desconto será feito no pagamento que está por vencer. Caso o valor do pagamento a vencer não seja suficiente para arcar com o débito, restando saldo a pagar, a **FAPUR** poderá, a seu critério, efetuar o desconto dos próximos pagamentos e/ou se utilizar da via judicial, independentemente de prévia notificação ou aviso.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Caso a **FAPUR** não se valha dos prazos acima para cobrança, tal fato será caracterizado como mera liberalidade, não importando em novação ou remissão de qualquer dívida, permanecendo a possibilidade de cobrança futura, na melhor oportunidade que aprouver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade relacionada a este Instrumento deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Nas ações de publicidade, fica vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridade ou agente público.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – As ações publicitárias ficam condicionadas à prévia autorização da partícipe envolvida, devendo, para tanto, a partícipe interessada apresentar àquela solicitação formal acompanhada de documento que explique e exemplifique como a publicidade ocorrerá, bem como indique qual será o período de divulgação, apoiadores envolvidos e outras informações que sejam julgadas pertinentes ao caso.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Quando a publicidade envolver o nome e/ou imagem da **UFRRJ** a solicitação de que trata a Subcláusula Segunda será submetida à apreciação do seu Conselho Universitário.

SUBCLÁUSULA QUARTA – A **UFRRJ** se compromete a divulgar, durante a vigência deste instrumento, em todos os meios físicos e/ou digitais, o logotipo e/ou a menção da participação da **FAPUR**.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Em caso do não cumprimento da Subcláusula Quarta, a **FAPUR** poderá encaminhar à **UFRRJ** uma notificação solicitando retificação ou nova divulgação do projeto, quando da sua devida participação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO OFICIAL

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato em página oficial na *internet*, a qual deverá ser providenciada pela **UFRRJ**, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado *Transfere Gov* aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A **FAPUR** obriga-se a disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste CONVÊNIO, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao sistema *Transfere Gov*.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA A TERCEIROS

A execução do objeto deste Instrumento não poderá ser total ou parcialmente cedida ou, por qualquer forma, transferida a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA COMUNICAÇÃO

Todas as comunicações entre as partícipes deverão ser realizadas (1) por e-mail; e (2) poderão ser realizadas, adicionalmente, por meio de outras formas escritas (e.g. formas previstas no Código de Processo Civil, carta postal com aviso de recebimento, telegrama etc.), valendo-se dos endereços do preâmbulo e os abaixo indicados, atualizados de tempos em tempos:

a) se destinadas à **UFRRJ**,
A/C: Viviane de Souza Magalhães
E-mail: vsmagalhaes@ufrj.br

b) se destinadas à **FAPUR**,
A/C: Armando Sales
E-mail: fapur@fapur.org.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Por força do art. 109, inciso I, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias resultantes do presente Instrumento é o Fórum da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, caso não sejam solucionadas administrativamente.

O presente CONVÊNIO reputa-se celebrado na cidade de Seropédica, estado do Rio de Janeiro, e sua formalização ocorrerá na data em que os representantes legais das partícipes o assinarem ou na data em que o último representante legal de uma das partícipes assiná-lo, em caso de disparidade de data.

E, por estarem assim justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, por meio de assinatura eletrônica em plataforma digital específica.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES
Reitor

**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**
ARMANDO SALES
Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Brunner

████████████████████

Nome: Viviane de Souza Magalhães

████████████████████

convenio siconv farmacia escola pdf

Código do documento 9dbe52e5-dfbc-40f4-8101-27828f91d4cf



Assinaturas



Roberto De Souza Rodrigues
gabinete@ufrj.br
Assinou

Roberto de Souza Rodrigues



Armando Sales
armandosales@fapur.org.br
Assinou

Armando Sales



Fernando Brunner
fernando@fapur.org.br
Assinou



Viviane de Souza Magalhães
vsmagalhaes@ufrj.br
Assinou



Eventos do documento

21 Aug 2023, 07:45:38

Documento 9dbe52e5-dfbc-40f4-8101-27828f91d4cf **criado** por LIVIA DE OLIVEIRA NUNES DE ANDRADE (ab8f9a15-017a-489c-a690-54e645bcf52f). Email: convenios@fapur.org.br. - DATE_ATOM: 2023-08-21T07:45:38-03:00

21 Aug 2023, 07:50:40

Assinaturas **iniciadas** por LIVIA DE OLIVEIRA NUNES DE ANDRADE (ab8f9a15-017a-489c-a690-54e645bcf52f). Email: convenios@fapur.org.br. - DATE_ATOM: 2023-08-21T07:50:40-03:00

21 Aug 2023, 08:08:03

ARMANDO SALES **Assinou** (1b3b422f-b484-443f-9e1a-42ea4b4617ce) - Email: armandosales@fapur.org.br - IP: 170.150.27.167 (170-150-27-167.adaptlink.com.br porta: 54710) - [Geolocalização: -22.776654015270406 -43.685920832042385](#) - Documento de identificação informado: 164.050.567-91 - DATE_ATOM: 2023-08-21T08:08:03-03:00

21 Aug 2023, 08:08:55

VIVIANE DE SOUZA MAGALHÃES **Assinou** (badeaa75-0dd1-4290-943b-1f4121c415e0) - Email: vsmagalhaes@ufrj.br - IP: 179.218.12.223 (b3da0cdf.virtua.com.br porta: 28734) - [Geolocalização: -22.9670667 -43.3962624](#) - Documento de identificação informado: 057.185.477-00 - DATE_ATOM: 2023-08-21T08:08:55-03:00

21 Aug 2023, 08:40:51

FERNANDO BRUNNER **Assinou** (cb7d5a05-d7d4-4406-87de-308f47e8d203) - Email: fernando@fapur.org.br - IP: 170.150.27.167 (170-150-27-167.adaptlink.com.br porta: 47792) - [Geolocalização: -22.769177 -43.695071](#) - Documento de identificação informado: 110.419.727-84 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2023-08-21T08:40:51-03:00

31 Aug 2023, 15:05:59

ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES **Assinou** (1adecc84-8c75-4d57-9364-f0ac8efc3a8d) - Email: gabinete@ufrj.br - IP: 200.11.5.22 (200.11.5.22 porta: 28336) - [Geolocalização: -22.7637851 -43.686795](#) - Documento de identificação informado: 014.193.637-19 - DATE_ATOM: 2023-08-31T15:05:59-03:00


Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



CONVÊNIO Nº 24/2023 - GABREI (12.28.01.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/08/2023 15:15)

CINTIA DE PAULA MACHADO

CHEFE DE GABINETE - SUBSTITUTO

GABREI (12.28.01.04)

Matrícula: ###097#6

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: 24, ano: 2023, tipo: **CONVÊNIO**, data de emissão: 31/08/2023 e o código de verificação: **11aaa6aa5c**